

Histórias¹ sobre a Formação de Professores de Matemática no Estado de Mato Grosso do Sul²

Carla Regina Mariano da Silva³

GD 05 - História da Matemática e Cultura

Resumo:

Essa pesquisa pretende ser parte de um projeto que busca mapear aspectos da formação de professores de Matemática no Brasil, voltando-se especificamente para o estado de Mato Grosso do Sul, a partir de questionamentos sobre as práticas discursivas que, em uma determinada época, possibilitaram a implementação de cursos de formação de professores de matemática neste estado. Essa pesquisa se aproxima daquelas já realizadas no Grupo de História Oral e Educação Matemática (GHOEM) e operam a partir de uma abordagem historiográfica que tem como fontes materiais escritos e relatos orais. Enfatizando a descontinuidade, a ruptura, a singularidade, além de afirmar o caráter subjetivo da produção histórica, objetos e sujeitos da pesquisa são pensados como construções históricas estruturadas como/em práticas discursivas. Com essa perspectiva do fazer historiográfico, desconfiando sempre do que é natural, a formação de professores no estado do Mato Grosso do Sul vem sendo estudada.

Palavras-chave: História da Formação de Professores. História Oral. Mato Grosso do Sul.

Introdução

As histórias da formação de professores de matemática efetivadas pelo Grupo de Pesquisa em História Oral e Educação Matemática (GHOEM) se aproximam daqueles conjuntos de investigações que buscam presenças e ausências que sugerem manutenções ou mudanças, ou seja, enfatizam a dinâmica dos movimentos sócio-culturais que interferem no cenário da formação de professores. Pode-se dizer que o mapeamento que vem sendo feito pelo grupo não tem a intenção de criar um decalque, um desenho que represente como se deu tal formação, ou construir “a” história de determinada região e sim, a produção de histórias, enunciados, diagramas sem impor determinações nem se basear em totalidades, de modo que as verdades produzidas só existem, segundo as concebemos, no momento em que são produzidas. Tal projeto, desenvolvido pelo Grupo desde 2001, é constituído de várias teses, dissertações e iniciações científicas que

¹ Escrever histórias, no plural, significa, nesse texto, trabalharmos num campo teórico segundo o qual é impossível escrever uma única história sobre um determinado “acontecimento”.

² Pesquisa sob a orientação do Professor Doutor Antonio Vicente Marafioti Garnica.

³ Programa de pós-graduação em Educação Matemática UNESP-Rio Claro. E-mail: carlaremariano@gmail.com. Participante do Grupo de Pesquisa GHOEM e do Grupo HEMEP/UFMS com projeto financiado pelo CNPQ.

pesquisam a Formação do Professor de Matemática em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Tocantins e Maranhão, dentre outros.

Essas histórias vêm sendo feitas por meio de levantamentos que incluem análise de materiais escritos, relatos orais, bem como outras fontes que permitem o diálogo e a releitura de versões históricas. Esse levantamento, longe de estar perto do seu fim, aponta alguns indícios da formação e da atuação de professores no país, conforme salienta Garnica (2010) ao dizer que “é possível perceber, por exemplo, que a formação de nossos professores tem ocorrido, historicamente, sob o signo da urgência e da desigualdade de condições e, talvez, da carência.” (GARNICA, 2010, p. 39).

É exatamente nessa temática com a qual o GHOEM já trabalha a alguns anos que se inclui esta pesquisa que consiste, sinteticamente, num esforço de voltar o olhar para a Formação de Professores no Estado de Mato Grosso do Sul. Esse olhar busca se desvencilhar dos vícios que se tem sobre como seria o estado de Mato Grosso do Sul numa determinada época e meramente estabelecer esse cenário como um cenário inquestionável. Deve-se, sempre, desconfiar de práticas e formas de pensar que parecem eternas, inquestionáveis, naturais e, ao desconfiar, busca questionar e problematizar as implementações dos cursos de Formação.

Assim, mapear a formação de professores no estado de Mato Grosso do Sul, implica buscar elementos a partir dos quais possam ser discutidos alguns dos fatores que, em um determinado momento, possibilitaram a abertura de cursos de formação de professores de matemática no estado, bem como aspectos que culminaram na estruturação da legislação e na formação que funcionaram ou ainda funcionam no estado. Trata-se de buscar plausibilidades ao estabelecer relações entre perspectivas de uma determinada época e as ações que a partir dessas perspectivas podem ter sido efetivadas.

Do sul do Mato Grosso ao Mato Grosso do Sul: um primeiro olhar

O espaço geográfico e o espaço político do que hoje conhecemos como o estado de Mato Grosso do Sul foi criado no ano de 1977, em meios ao regime militar, **sob** a presidência do Gal. Ernesto Geisel, de maneira silenciosa e com pouca participação da

população⁴. Aos nos referirmos a esse território, expressões como “Sul do Mato Grosso” podem aparecer para dizer sobre essa parte geográfica antes de sua divisão.

Desde a década de 30, temos indícios de escolas normais ao sul do Mato Grosso bem como de algumas escolas (algumas administradas por religiosos) públicas e privadas de ensino básico. A Formação institucionalizada de Professores, no entanto, começa a ocorrer na década de 1970, com a criação do curso de Ciências, Licenciatura Curta⁵, que habilitava os profissionais para o ensino de Ciências e Matemática no 1º grau⁶, nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (atualmente, Universidade Católica Dom Bosco).

Nosso primeiro questionamento foi a respeito de quais eram os profissionais que ministravam aulas no estado durante o período que compreende a criação das primeiras Escolas Normais até a criação do primeiro curso, na década de 1970.

Percebe-se, a partir de registros existentes em arquivos, que nessa época houve um intenso movimento migratório – principalmente de indivíduos dos estados de Minas Gerais, São Paulo e do Rio Grande do Sul – rumo à região. Há registros também do processo de imigração de paraguaios e bolivianos, japoneses e libaneses, os dois primeiros, habitantes de países fronteiriços, vieram a agregar muitos aspectos à cultura local ainda hoje bastante marcantes neste cenário.

Sobre isso, a dissertação de Nobre (2009), *Histórias de Vida de Professores Migrantes: culturas e contextos de Mato Grosso do Sul*, traz alguns relatos da história de vida de professores que migraram⁷ para o estado por motivos diversos e que hoje fazem parte da comunidade dos professores sul-mato-grossenses. Neste texto, a discussão centra-se na diversidade cultural sul-mato-grossense, que está presente no cotidiano do professor migrante e que causa estranhezas e aproximações. Para a autora,

⁴ No livro *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*, Marisa Bittar relata que muitos dos moradores de Campo Grande assistiam às passeatas favoráveis à separação do estado mas não entendiam o que estava ocorrendo. Souberam depois, pelos jornais, que o estado havia sido dividido. Houve durante os aproximadamente 100 anos de ocupação do referido território tentativas, por grupos políticos, de dividir o estado, sob a justificativa de que a separação deveria ocorrer por questões geográficas e econômicas.

⁵ As licenciaturas curtas foram criadas em 1965 com o mínimo de horas e não mais de anos (4 anos) para a formação do professor. Essa formação foi dividida no curso de Ciências com 1.800 horas para exercício no 1º grau e com 2.800 horas para exercício no 2º grau a partir de 1972. A essa formação havia a possibilidade de complementação por habilitações como parece ter sido o caso desse curso.

⁶ Informação retirada do histórico do curso de Biologia da UCBD, disponível no site: <http://sis.ucdb.br/Portal/Canal/14?idMenu=143>, em 1979 foi criado o curso de Biologia Licenciatura Plena.

⁷ Por professores migrantes entendemos os profissionais docentes que não nasceram no estado de Mato Grosso do Sul, mas residem ou residiram no estado e nele realizaram suas práticas profissionais.

a migração deixa fortes marcas no indivíduo uma vez que ao se reconhecerem como migrantes, reconhecem-se como não pertencentes a determinado lugar.

Entre estranhezas e aproximações, pode-se dizer que há muito descontentamento e sentimento de não pertença por parte do migrante. Além disso, para alguns dos entrevistados, Campo Grande não é a primeira cidade “estranha”, uma vez que devido a fatores profissionais, pessoais ou acadêmicos, já tiveram que residir em vários lugares.

No texto de Nobre, é clara a diferença entre aqueles professores que, mesmo advindos de diversos lugares, logo estabelecem relações e passam a gostar da nova cidade como se fosse a sua de origem e aqueles que, mesmo morando a alguns anos em Campo Grande, ainda possuem o sonho de voltar para sua cidade natal ou para alguma outra cidade com a qual se identificam mais.

Os professores que chamamos aqui de migrantes foram também tematizados por Cury (2011), que teve como objetivo a constituição de uma história da formação de professores de matemática e dos primeiros cursos que preparavam estes profissionais no Estado de Tocantins. Valendo-se de depoimentos e utilizando as fontes escritas disponíveis, o autor traz alguns indícios de como se deu a Formação de Professores no estado de Tocantins. Dentre eles estão a criação do estado – num processo de separação do Estado de Goiás, similar ao que ocorreu no então Estado do Mato Grosso, do que se criaram o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul –; o processo de migração; as influências políticas; o imprevisto na condução dos cursos; as carências, urgências e transitoriedades que marcaram a formação de professor no estado.

Outro indício desse processo de migração no Mato Grosso do Sul, ainda no começo do século, pode ser observado em um dos relatos dos professores entrevistados por Rosa (1990), ao relatar que o governador da época, Pedro Celestino Correa da Costa, preocupado com a precariedade dos métodos de ensino então vigentes, contratou algumas normalistas em São Paulo para atuarem no estado. Mesmo com a instituição dos cursos normais e com a contratação de professores de outros estados, a depoente relata que com apenas oito meses de estudos acabou por ser nomeada como professora dos primeiros anos na cidade de Dourados, e que permaneceu na profissão por mais de 30 anos. Além disso, dentistas, médicos e engenheiros que vinham para o estado para trabalhar em suas respectivas profissões eram “convidados” a também ministrar aulas nas escolas existentes. Esse convite era quase sempre encarado como um compromisso com a população local, já que não haviam professores formados para ocupar tais cargos.

Os relatos sobre como aconteciam essas nomeações nesse território são muito interessantes. Havia dois partidos que se revezavam no poder do Mato Grosso uno, a UDN⁸ e o PSD⁹. A cada troca de partido, os professores, bem como todos os funcionários que fossem do partido contrário ao da situação, eram substituídos e só retornavam a seus respectivos cargos quando o candidato de seu partido fosse novamente eleito. Há relatos também de que até as escolas rurais situadas nas terras de pessoas ligadas a determinado partido poderiam mudar de lugar quando havia mudanças no poder. Os professores só permaneciam nomeados para seus cargos enquanto o estado estivesse sob o governo do seu partido político. Assim como as legendas UDN e PSD se alternavam no poder estadual, o mesmo acontecia com os professores. Esse aspecto era entendido como algo natural e de ocorrência certa. “Na realidade, a Educação sul-matogrossense foi sempre manobrada pelo poder dos latifundiários que controlavam o poder público, as eleições, as nomeações e as demissões.” (ROSA, 1990, p.16)

Rosa (1990), com o objetivo de mostrar aspectos da cultura e da Educação de Mato Grosso do Sul, realizou entrevistas com 38 professores que atuaram por mais de 30 anos em salas de aula, diretoria de ensino e gabinetes das Secretarias de Educação do estado. Ao reunir o depoimento desses professores, congregando profissionais de várias partes do estado, pode-se perceber alguns aspectos recorrentes. Dois deles são os já citados (as influências políticas e as migrações), mas, além desses, podemos apontar a rivalidade existente entre Cuiabá e Campo Grande devido à distância (pouco mais de 700km) e aos poucos investimentos que vinham ao Sul do Mato Grosso, então parte do Mato Grosso uno. Podemos apontar, ainda, a existência de muitos professores leigos: “Com a falta de professores da cidade, ele [o prefeito de Aquidauana nas décadas 30 e 40] deu uma *imprensada* nos médicos, dentistas, engenheiros para que colaborassem no ensino.” (ROSA, 1990, p.120)

Já vimos que uma das características marcantes do estado é a forte presença de migrantes e imigrantes, presença facilmente justificada devido ao constante crescimento da população no último século. No entanto, falamos dos professores que trabalham no estado e não da formação no estado, já que nos casos discutidos em Nobre (2009), boa parte dos professores realizou sua graduação em outro território.

⁸ União Democrática Nacional

⁹ Partido Social Democrático

Sobre a formação dos que atuaram e se formaram no estado (ou na região que hoje constitui o estado), há indícios de cursos feitos pela CADES¹⁰ nas cidades de Campo Grande e Corumbá durante a década de 60 (já que boa parte dos professores que lecionavam no estado eram leigos), além de histórias de pessoas que iam até São Paulo ou Rio de Janeiro para concluir seus estudos e, posteriormente, retornarem ao estado. De maneira geral, são nítidas, na maioria dos depoimentos, as várias mudanças que muitos desses professores tiveram que viver até finalmente se instalarem em Campo Grande, Dourados, Corumbá, por exemplo, o que nos dá pistas de que mais do que apenas terem se mudado uma vez, faziam isso sempre que era preciso.

Além da formação possível pela CADES e pelas Escolas Normais, deve-se considerar o papel das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso¹¹, atualmente Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a primeira instituição superior voltada para a formação de professores a ser criada no estado, até hoje em atuação¹². Essa criação deu-se no ano de 1961, na mesma década em que é criada a Universidade Estadual de Mato Grosso, com campus em Campo Grande – instituição que daria origem à atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – ao que se seguiu a criação dos campi em Corumbá e Três Lagoas e, posteriormente, em Aquidauana e Dourados. Na década seguinte seria criado o Centro de Ensino Superior de Campo Grande (CESUP) – atual Anhanguera – Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), e posteriormente, na década de 1980, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Por meio do *e-mec* – um sistema eletrônico de credenciamento de cursos do Ministério da Educação e Cultura – MEC –, é possível traçar um pequeno histórico, não de como ocorreu, mas das datas em que foram criados alguns cursos no estado. Em 1981 registra-se a criação do primeiro curso de Matemática na cidade de Campo Grande, pela UFMS, embora saibamos que à década de 70, havia o curso de Ciências – Licenciatura Curta, informação inexistente no *e-mec*. Seguido a isso, foram criados, em 1987, os cursos de licenciatura em Matemática – também pela UFMS – nas cidades de Três Lagoas, Corumbá e Dourados (este último, em 2005, passou a ser UFGD –

¹⁰ Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário estudado já por alguns integrantes do GHOEM.

¹¹ Note-se que, nessa época, o estado do Mato Grosso do Sul ainda era território do estado de Mato Grosso.

¹² Na década de 1930 houve a tentativa – frustrada – de instalação de uma faculdade de Farmácia no estado.

Universidade Federal da Grande Dourados). Em 1992 foi criado o curso no Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN (Dourados) e na atual UNIDERP-Anhanguera (Campo Grande), e em 1994, na UCBD, criou-se o curso de Licenciatura e bacharelado em Matemática. A partir desses cursos, em momentos posteriores, foram criadas outras iniciativas para a formação de professores de matemática em cidades do interior sul-mato-grossense.

Em 1997 criou-se o curso de Licenciatura em Matemática, pela UFMS, em Aquidauana, seguida dos cursos de Paranaíba (2001) e de Ponta Porã (2009). Foram também instituídos cursos de Licenciatura em Matemática, pela UEMS, nas cidades de Cassilândia (em 2000), Nova Andradina (em 2000) e Dourados (em 2003). A Faculdade Mato Grosso do Sul (FACSUL), criada em 2002, também possui atualmente o curso de Licenciatura em Matemática.

Na década de 1990, a UFMS aderiu ao *Projeto de Formação em Rede Serviço e Continuada: Licenciaturas Plenas Parceladas*, uma iniciativa para a formação de professores que já ministravam aulas mas não possuíam graduação¹³. Recentemente, a UFMS aderiu ao projeto do Governo Federal – Universidade Aberta do Brasil – que criou vários pólos de Formação de Professores no estado por meio do Ensino a Distância. Como instituição pública, apenas a UFMS oferece essa modalidade de ensino. No entanto, há nove instituições de ensino privado cadastradas no site do MEC como instituições que oferecem a Licenciatura em Matemática no estado, todas com início após o ano 2000.

Nessa primeira busca pelas instituições de ensino que podem ser estudadas, nos deparamos com o fechamento, no início deste século, de dois dos cursos de Licenciatura em Matemática: o das Universidades UCDB (em 2004) e o da Unigran (em 2008). Assim, atualmente há, em funcionamento, cursos presenciais no estado em suas três instituições públicas (UFMS, UEMS, UFGD), distribuídos em nove cidades, além de cursos em duas instituições particulares (Uniderp-Anhanguera e Facsul), ambas em Campo Grande.

Nesse primeiro momento, entendemos como relevantes para essa pesquisa o estudo sobre a constituição, na década de 1970, do curso de Ciências, Licenciatura Curta, da atual UCDB, e do curso de Matemática na UFMS (criado em 1981). Um olhar

¹³ A informação da adesão da UFMS ao Projeto das “Parceladas” foi dada pela Profa. Heloísa Laura Queiroz Gonçalves da Costa, professora do Centro de Ciências Exatas e da Terra da UFMS, que participou da elaboração do projeto e da criação do curso de matemática no CESUP.

a estes cursos não será feito com o intuito de meramente registrar sua criação, mas, sim, para que se seja possível o questionamento sobre as movimentações que levaram à implementação dos primeiros cursos. Pergunta-se, ainda, se a dinâmica de contratações e substituições vigentes no ensino básico se espraia também para as instituições de nível superior. Desnaturalizar as certezas e colocar nossas crenças em suspensão torna-se uma postura necessária para o desenvolvimento dessa pesquisa, já que, como a trajetória desenvolvida por Cury (2011), “... preferimos estudar o filme todo, sem analisar as fotografias uma a uma. Ao mesmo tempo, tentamos analisá-las todas em suas singularidades e, no seu conjunto, no movimento que elas permitem perceber” (CURY, 2011, p.228).

Fundamentação teórica e procedimentos de investigação e de análise

Ao se debruçar sobre um tema, distintos olhares são possíveis. No entanto, qual o melhor procedimento de investigação a ser adotado? Em qual perspectiva ele se enquadra?

As ideias a serem discutidas neste projeto não têm a intenção de se enquadrar em uma única e determinada abordagem da historiografia contemporânea, mas de estabelecer um diálogo com aquelas que mais se aproximarem das questões propostas. Essa opção em não admitir uma única e determinada abordagem leva em conta o equívoco em que incorrem muitas investigações que, como salientado por Vainfas (2009), nomeiam erroneamente suas práticas investigativas. No caso específico da micro-história, por exemplo, segundo o autor, nem bem os que acusavam os “novos historiadores” de praticá-la nem os próprios “novos historiadores” sabiam ao certo do que falavam ao se referir à ela. Desse modo, busca-se uma primeira visão de como se conduzir uma pesquisa historiográfica, de como inscrever-se numa operação historiográfica.

A perspectiva histórica que abraçamos nessa pesquisa entende o ofício do historiador como uma construção possível. Os objetos e sujeitos da pesquisa são pensados como construções históricas estruturadas como/em práticas discursivas. Essas perspectivas são baseadas em Durval (2007), que afirma também que “não há evento histórico que não seja produto de dadas relações sociais, de tensões, conflitos e alianças

em torno do exercício do poder, de dada forma de organização da sociedade, produto de práticas e atitudes humanas, individuais e coletivas”.

Por acreditarmos que a história é feita de rupturas, descontinuidades e singularidades, é necessário que utilizemos nessa pesquisa uma metodologia adequada a esse modo de pensar/entender os eventos históricos. Nesse sentido, a História Oral tem mostrado um potencial que nos permite olhar para o passado a partir do presente como uma prática discursiva, sem que isso signifique que só o discurso falado interessa.

A opção pela História Oral também se faz com a intenção de nos aproximarmos das prerrogativas defendidas pelo GHOEM pois, embora não seja a única metodologia utilizada, é persistentemente efetivada e analisada por este grupo de pesquisa. Desenvolver um trabalho em História Oral implica “[...] valer-se da oralidade para o resgate – ou o levantamento, a escritura, a compreensão, a elaboração, como queiram os que se impacientam com o uso do termo “resgate” – histórico, mas é valer-se da oralidade segundo alguns procedimentos e princípios muito específicos.” (GARNICA, 2010, p.30).

É importante ressaltar que uma pesquisa historiográfica¹⁴ em que se utiliza o método da História Oral produz uma história possível, plausível, mas impregnada de aspectos constituintes do próprio pesquisador. Disso, pressupõe-se que mesmo mudando o pesquisador e mantendo-se os dados, a pesquisa não seria a mesma.

Em uma pesquisa que utiliza essa metodologia não há hierarquizações entre as versões, não há uma versão verdadeira ou mais verdadeira. Há apenas histórias plausíveis dentre muitas versões plausíveis que podem ser construídas por meio de uma negociação entre depoentes, pesquisadores e outras fontes, da articulação entre informações obtidas em distintos acervos históricos, ou ainda, da articulação entre inúmeros pontos de vista.

Garnica (2010), na tentativa de explicar como se faz um trabalho em História Oral diz que esse “é, sempre, um inventário de perspectivas irremediavelmente perpassado pela subjetividade, um desfile de memórias narradas, um bloco multifacetado de verdades enunciadas” (GARNICA, 2010, p.31). O pesquisador que utiliza a metodologia de História Oral é, na verdade, um fazedor de fontes, uma vez que estabelece, a partir de algumas negociações dos acervos históricos, das falas dos entrevistados e de suas próprias crenças, reconfigurações de uma época ou espaço.

¹⁴ Dizer “pesquisa historiográfica na qual se utiliza a História Oral” é necessário posto que a História Oral pode servir a várias investigações que não necessariamente aquelas de natureza historiográfica.

Trabalhar com História Oral na perspectiva exercitada pelo GHOEM traz algumas decorrências e parte de certos princípios, como aponta Garnica (2010):

é necessário (a) dialogar com fontes de várias naturezas (escritas, pictóricas, fílmicas etc), ressaltadas as fontes orais; negando que a verdade – essa onírica, imaculada e sempre ausente presença que nos assombra – jaz dormente em registros escritos, implicando, com isso, a a-historicidade da fantasia, dos sonhos humanos, da memória (sempre enganadora) que se deixa captar oralmente;

(b) exercitar a pluralidade de perspectivas (interpretações) a partir das quais cada tema ou objeto pode ser realçado;

(c) abraçar uma proposta de configuração coletiva – no que diz respeito aos atores sociais envolvidos na pesquisa, quer como pesquisadores ou como depoentes – de um cenário amplo, descentralizado e dinâmico (intencionalmente caótico, mas com estabilidades possíveis);

(d) fazer registros cuidadosos, eticamente comprometidos;

(e) atentar que o domínio na elaboração de narrativas e o posicionamento/compromisso de que tais narrativas têm a função de reconduzir o sujeito “para dentro” das investigações, negando toda afirmação de que a objetividade científica está radicada na neutralidade do pesquisador em relação ao pesquisado;

(f) afastar-se da perspectiva historiográfica positivista, o que implica fundamentalmente neutralizar concepções absolutistas que defendem a existência de uma “História verdadeira” e a possibilidade de aproximação congenial com os autores de textos (quaisquer que seja a natureza desses textos). (GARNICA, 2010, p.33)

Entende-se que a pesquisa aqui proposta é relevante à compreensão histórica da formação de professores de matemática no país, tendo em vista a inexistência de trabalhos que abordem, da maneira proposta, o processo de formação desses professores no estado de Mato Grosso do Sul¹⁵.

Referências bibliográficas

BITTAR, M. Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e Divisionismo no Sul do Mato Grosso. Campo Grande: Editora UFMS. 2009. v.1. 411p .

BRAGA, P.H.A. A disciplina educação física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954 – 1964. Dissertação de Mestrado em Educação. UFMS. Campo Grande-MS, 2006.

¹⁵ As pesquisas referentes à História da Educação no estado voltam-se, em grande parte, à Educação Básica, às relações de poder e aos mecanismos de relação entre Estado e sociedade civil, bem como às políticas públicas sobre a Educação Básica. Dos trabalhos que tratam da educação secundária – e que, por isso, mais se aproximam a nosso tema – no estado em questão, citamos as pesquisas que têm como objeto o Colégio Maria Constança, a escola secundária estadual mais antiga de Campo Grande. (ROCHA, 2007; CARDOSO, 2006; BRAGA, 2006).

CARDOSO, M. A. O ensino de História nas séries iniciais do ensino de primeiro grau na escola estadual Maria Constança Barros Machado (1977-2002). Dissertação de Mestrado em Educação. UFMS. Campo Grande-MS, 2006.

CASTRO, A.D. de. A licenciatura no Brasil. Revista de História, São Paulo, V. 100, tomo II, P. 627-652, out./dez. 1974.

CURY, F.G. Uma história da formação de professores de matemática e das instituições formadoras do Estado do Tocantins. Tese (Doutorado). Unesp. Educação Matemática. Rio Claro-SP, 2011, 291f.

GARNICA, A. V. M. Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. Ciências Humanas e Sociais em Revista ^{JCR}, v. 32, p. 20-35, 2010.

GARNICA, A. V. M; FERNANDES, D. N; SILVA, Heloísa da. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre Regimes de Historicidade e História Oral. Bolema. Boletim de Educação Matemática (UNESP. Rio Claro. Impresso), 2011.

NOBRE, E. C. P. R. Histórias de vida de professores migrantes : culturas e contextos de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas. Campo Grande, MS, 2009.135 f

ROCHA, A. A. L. Por uma história do currículo no/do Colégio Maria Constança na década de 1960: cultura docente, práticas e materiais curriculares. Dissertação de Mestrado em Educação. UFMS. Campo Grande-MS, 2007.

ROSA, M.G.S. Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: UFMS, 1990.

VAINFAS, R. História Cultural e Historiografia Brasileira. IN: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.